



Mais perto do que distante: a cidade pós-pandemia já é logo ali

*O inferno nem é tão longe (...)
Bem depois de onde nada se esconde
Mais perto do que distante
Não demora muito e ele chega pra qualquer um (...)
(Jorge Du Peixe)*

“Como será a vida após a pandemia?” - desde que o mundo tomou consciência da gravidade da nova realidade trazida pelo Novo Coronavírus, esta é pergunta da vez. No entanto, é uma questão tão facilmente justificável quanto vaga - até por ser tão vasta.

Por outro lado, no que toca ao meu campo de atuação - cidades e arquitetura - tanto tenho escutado, como também tenho direcionado a mim mesmo, uma outra, mais restrita, porém, igualmente inquietante: [como será a cidade pós-pandemia?](#)



Vista do Centro de Recife. Foto: Aurélio Velho.



coletiva

Entendo que essa pergunta, tão seca e direta, tem muito mais a ver com nosso estado de ansiedade coletiva do que com a capacidade técnica e científica de profissionais de urbanismo, arquitetura ou planejamento urbano em dar uma resposta satisfatória - ou, ao menos, tranquilizadora. Por causa da nossa tendência natural a criar expectativas e esperanças em uma *redenção ex machina*, nossas cabeças nos levam a achar que poderemos, das cinzas, construir algo melhor - e que seremos pessoas melhores depois de passada a tormenta.

Mas, quem - e quantas - são essas pessoas efetivamente sensibilizadas a trabalhar por tal desejo?

Quando vemos as imagens de gente correndo para os parques e praias ao menor sinal de relaxamento das restrições a encontros sociais, tudo leva a crer que este grupo está, na verdade, muito mais preocupado com o retorno à manutenção das suas vidas cotidianas, das suas normalidades pré-pandemia, do que com os ajustes necessários à convivência com ela.

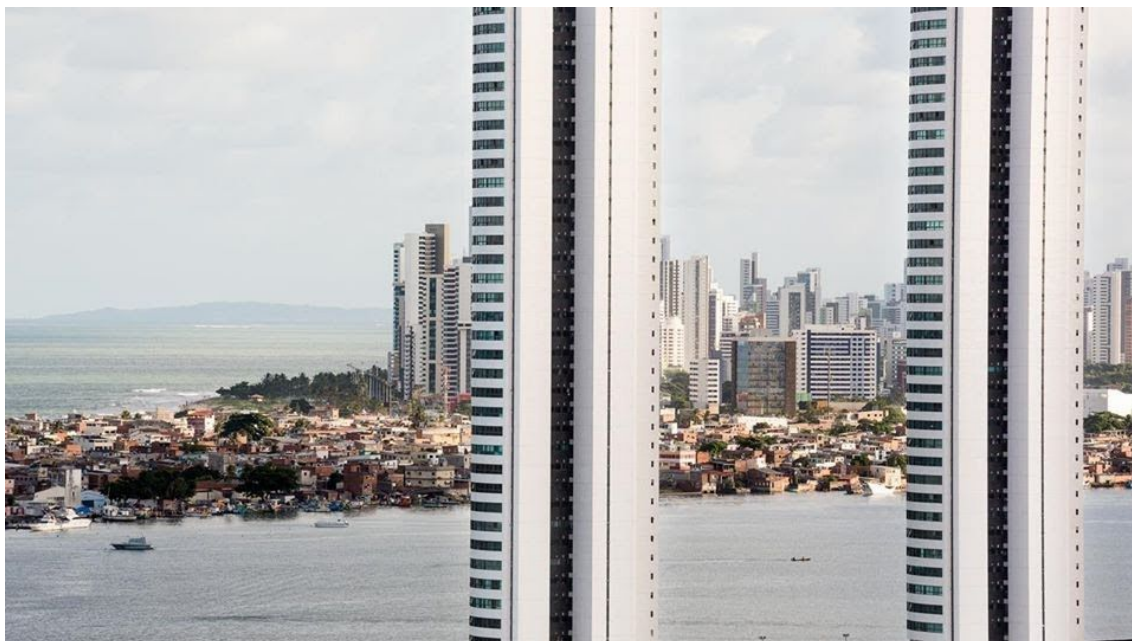
Outra menor parte - nós: intelectuais, cientistas e artistas incluídos - estamos mesmo é morrendo de vontade de poder voltar às rodas de discussão, aos encontros celebrativos, aos ambientes de colisão e profusão de ideias - os espaços, enfim, onde fomos criados e educados a nos posicionar no mundo.

Os analistas mais “catastrófilos”, na verdade, já lançaram até questionamentos sobre a própria sobrevivência pós-pandêmica dessa *coisa* a que nos acostumamos a chamar de *cidade* - ao menos, tal como a conhecemos e tanto defendemos. Em parte, o desespero tem seu fundo de razão. Bem no início do ano de 2020, e dos surtos da epidemia nas cidades chinesas, italianas, espanholas e em Nova Iorque - onde os números escalaram de modo vertiginoso - cogitou-se que o modelo da cidade moderna - ou da cidade tradicional, populosa, densa e compacta - é que seria o culpado pela disseminação do vírus - algo parecido com o que já se disse das muitas epidemias nas cidades medievais lá atrás, no século XIX.

Que fique claro, porém, que a culpada pelos números da pandemia não é a cidade, nem tão pouco a é, tão somente, a densidade dessas cidades - mas sim o desequilíbrio e a desigualdade.



coletiva



Centro de Recife com vista de Brasília Teimosa ao fundo. Foto: Aurélio Velho.

Uma cidade, genérica e reduzidamente falando, se constitui de três elementos componentes primários: o território (entendido enquanto solo, substrato, onde nos assentamos); estrutura construída (prédios, coisas produzidas ou selecionadas por nós, objetos, espaços propositalmente deixados livres); e pessoas (seres que circulam, mas que também param e permanecem realizando ações dentro dos espaços vazios das estruturas por qualquer período de tempo).

Essas pessoas estão (socio)logicamente alocadas em posições relativas umas às outras, que são consideravelmente estáveis em seu conjunto, dentro daquelas estruturas, também detentoras de alto grau de inércia - só perdendo, nesse quesito, para o próprio território. Transformar um, ou outro, leva tempo e demanda recursos, que são, normalmente, escassos.

Numa situação considerada como normal, as pessoas necessariamente realizam *movimentos*. Não sendo elas autossuficientes, precisam realizar trocas e dividir os esforços de automanutenção e, para tal, também precisam se encontrar: desde o trabalhador da construção civil até o alto executivo da tecnologia, pessoas são acostumadas a se encontrar para vender e consumir bens e serviços. E, quanto mais



peças e mais trocas, sobre um mesmo território, com estruturas e recursos finitos, mais densidade.

É até economicamente justificável que, em alguns momentos, a demanda tenda a ser ligeiramente maior do que a oferta, ou que se viva sempre no seu limite, numa constante busca pela manutenção do equilíbrio - até porque, este seria o grande ganho trazido pela densidade: são tantas pessoas próximas que se poderia obter uma bem-vinda *economia de movimentos*. A densidade urbana, portanto, na sua essência, deveria ser uma redutora da necessidade de movimentos longos e do excesso de grandes deslocamentos. Em outras palavras, deveria ser um redutor de discrepâncias. Para uma dada densidade de população, sempre deveríamos ter, também, uma compatível densidade de estruturas - de serviços, de espaços abertos, de [oferta de alternativas e de oportunidades](#).



Vista do Recife a partir do bairro de Água Fria (Zona Norte). Foto: Aurélio Velho.



coletiva

Contudo, quanto menos equilíbrio entre oferta e demanda, mais obrigatoriamente as pessoas terão que dividir menos espaço para atender à necessidade de realizar trocas e sobreviver. É por isso que, num cenário de desigualdade e desequilíbrio constantes e não controlados, alguns poucos sempre terão muito mais acesso a esses recursos inertes - estruturas e território - e terão menos necessidade de se movimentar. Já outros, que tendem a ser muitos, e a dividir os poucos recursos restantes, terminam por estar alocados nas posições menos favoráveis do território. E, para atender às demandas por trocas daqueles poucos do primeiro grupo, terminam se submetendo a manter frequentes movimentos - que são mais longos, mais custosos, e até mais arriscados; quanto menos equilíbrio entre oferta e demanda, mais afunilamento dos fluxos e mais difícil fugir dos eventuais perigos trazidos pela disputa por espaço e pelos meios.

Em tempos de pandemia seguida de isolamento - em tese - o desejável seria que todos nós nos mantivéssemos em nossos lugares fixos no território, dentro de nossas respectivas estruturas de moradia, anulando os fluxos. Mas, quando aquelas citadas desigualdades são maiores do que normalmente deveriam ser, é inevitável que se estabeleçam duas cidades paralelas, mas de capacidades totalmente distintas: uma que atende facilmente à nova regra e outra que não a pode atender; uma que pode parar e outra que precisa se manter em movimento - e que, por falta de alternativa, segue realizando encontros e convivências por sobrevivência, mesmo que não desejáveis, uma vez que todos nós passamos a ser riscos sanitários em potencial.

Para a maioria de uma população criticamente desigual não existe uma situação temporária de exceção, muito menos antigo ou novo normal - somente a permanência do esforço de sobrevivência *ad infinitum*.

E, se quisermos até mesmo ampliar o escopo da nossa tragédia, podemos incluir também aqueles que nem sempre se veem diretamente atingidos: nós, classe média; que estamos aqui, usando nosso tempo de isolamento para discutir o futuro, e aparentemente confortáveis situados na primeira daquelas duas cidades em paralelo. Pois bem - sinto informar que as desvantagens da desigualdade não atingem só os mais pobres das nossas cidades - ela não permite nem a sobrevivência da nossa ilusão sobre nossa “sorte” de privilegiados.

Por exemplo: dentre alguns relatos emersos das experiências em cidades dos países ricos do Hemisfério Norte, não são raras as pessoas que indicam uma predisposição a abandonar a vida nas metrópoles - onde o território é disputado, e, por isso mesmo, mais caro. A intenção seria de migrar para cidades menores ou subúrbios (no conceito norte



americano do termo), locais onde o custo de vida é muito mais baixo e a qualidade de vida potencialmente mais alta. O argumento é de que, com as restrições ao convívio mais intenso e ao acesso a equipamentos culturais em que encontrar pessoas é um requisito - como galerias de arte, cinemas, teatros - deixa de fazer sentido o preço que se paga pela vida nos centros, ao menos quando justificado somente por um estilo de vida viabilizado pela densidade de oferta desses serviços.



Ceasa, Recife. Foto: Marco Zero Conteúdo | Cortesia Novo normal?. Foto: Mircea Iancu/Pixabay

Mas, então: considerando os extremos e disparatados níveis de oferta de infraestruturas e oportunidades que encontramos entre nossas capitais e nosso interior - ou entre os bairros mais centrais e nossas periferias desassistidas - estaríamos nós, classe média urbana, escolarizada e politizada, dispostos a realizar uma troca de natureza semelhante? Diante da nossa [tendência à negação da urbanidade em nome da reprodução de viciosas comodidades](#), penso que essa não chega a ser uma ideia que soe atrativa - mais provável soar aterradora; o suposto ganho econômico nem é cogitado frente à (ausência de) qualidade de vida.

Talvez, um contra-argumento mais otimista dissesse que, atualmente, e mais do que nunca, são várias as ferramentas de planejamento e de desenho urbano que temos à mão para tornar espaços urbanos mais humanos, arejados e democráticos - algo decerto verossímil para a pós-pandemia em cidades referenciais e com um rico passado de experiências nesse sentido, como Londres, Paris, Nova Iorque, ou Barcelona. Mas esse arsenal todo será algum dia aplicado nas nossas cidades paralelas - aquelas que nunca tiveram meios de oferecer as condições mínimas para o ato do “fica em casa”? É bem provável que não: para os complexos urbanos em que vivemos - Recife, obviamente, mas também nossas vizinhas (latino) americanas - existe sempre uma cidade possível de ser salva - pela própria condição de densidade - mas também existe outra, absolutamente condenada a permanecer onde está.



coletiva

No nosso universo de cidades catastroficamente desiguais, e de pouca compaixão ou autocrítica, o pior cenário nem é uma hipótese tão longe: a urbe pós-pandemia deverá ser muito mais parecida com a pré do que já sonhamos ou que gostaríamos que pudesse ser - infelizmente. Ao menos em termos de Brasil - Nordeste, mais especificamente, ou até América Latina, mais genericamente - o que deveremos ter de mais próximo a tal *nova normalidade*, na verdade, [não é nem uma condição de pós, mas sim de ainda](#) - e isso não é nada bom.

Mesmo longe de querer ser pessimista, isso tudo pode parecer a própria visão do inferno a quem leu essa discussão até aqui - e pode ser que meu texto seja relegado ao papel de pura alegoria mítica. Entretanto, se não aproveitarmos nosso momento e situação de exceção como oportunidade de reflexão, e nos assustarmos com a realidade de que dispomos - seja pré, pós ou durante - não tenhamos dúvida de que, uma hora, esse inferno de eterna expiação de nossos pecados realmente chega - e, assim como mais um novo vírus, será para qualquer um.

O autor



Cristiano Felipe Borba do Nascimento é arquiteto e urbanista (UFPE, 1999-2005) e doutor em Desenvolvimento Urbano (MDU/UFPE, 2009-2013). Analista em Ciência e Tecnologia da Fundação Joaquim Nabuco desde 2008, onde coordenou o Programa Institucional Educação pela Cidade (2016-2019), e professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU/UFPE) desde 2015. Foi pesquisador visitante no Instituto Superior Técnico de Lisboa

(2018) e representante do Brasil no *Joint Heritage European Programme on Cultural Heritage and Global Change*, do *Arts & Humanities Research Council* do Reino Unido (2013) e no *Urban Heritage Strategies Course*, da *Erasmus University* de Rotterdam (2011).

Revista de divulgação científica
coletiva.org



coletiva